

LUIZ FILGUEIRAS*

O NEOLIBERALISMO NO BRASIL: ESTRUTURA, DINÂMICA E AJUSTE DO MODELO ECONÔMICO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz uma reconstituição e análise dos processos econômicos e sociais que levaram à vitória política do neoliberalismo¹ no Brasil, destacando: 1) as forças sociais que formam a sua base de apoio e sustentação, evidenciando as distintas frações de classe –hegemônicas

* Professor Adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da UFBA.

1 Preliminarmente, se faz necessário diferenciar, conceitualmente, *neoliberalismo*, *projeto neoliberal* e *modelo econômico neoliberal periférico*. O primeiro diz respeito à doutrina político-econômica mais geral, formulada, logo após a Segunda Guerra Mundial, por Hayek e Friedman, entre outros - a partir da crítica ao Estado de Bem-Estar Social e ao socialismo e através de uma atualização regressiva do liberalismo (Anderson, 1995). O segundo, se refere à forma como, concretamente, o neoliberalismo se expressou num programa político-econômico específico no Brasil, como resultado das disputas entre as distintas frações de classes da burguesia e entre estas e as classes trabalhadoras. Por fim, o *modelo econômico neoliberal periférico* é resultado da forma como o *projeto neoliberal* se configurou, a partir da estrutura econômica anterior do país, e que é diferente das dos demais países da América Latina, embora todos eles tenham em comum o caráter periférico e, portanto, subordinado ao imperialismo. Em suma, o *neoliberalismo* é uma doutrina geral, mas o *projeto neoliberal* e o *modelo econômico* a ele associado, são mais ou menos diferenciados, de país para país, de acordo com as suas respectivas formações econômico-sociais anteriores.

e subordinadas– que passaram a compor o novo bloco de classe dominante, bem como suas contradições e disputas internas; 2) as mudanças estruturais que levaram à configuração de um novo modelo econômico, os ajustes realizados, a partir de 1999, no mecanismo do seu funcionamento e nas políticas econômicas adotadas, como uma forma de reduzir, mas não eliminar, a sua grande instabilidade macroeconômica intrínseca e 3) as conseqüências sociais e políticas decorrentes desse processo, em especial o impacto político-ideológico sobre as classes trabalhadoras e suas representações políticas.

Na segunda parte do trabalho, faremos uma reconstituição das circunstâncias que levaram à vitória do programa político neoliberal no Brasil, analisando a disputa das distintas classes e frações de classes nesse processo. Em seguida, são feitas uma caracterização e análise da estrutura e da dinâmica do modelo econômico neoliberal. E, por fim, consideraremos os impactos econômico-sociais e político-ideológicos do neoliberalismo sobre as classes trabalhadoras e suas representações políticas.

O BLOCO NO PODER E A INCAPACIDADE HEGEMÔNICA DO PROJETO NEOLIBERAL

O Brasil foi o último país da América Latina a implementar um projeto neoliberal². Tal fato deveu-se, de um lado, à dificuldade de soldar os distintos interesses das diversas frações do capital³ até então presentes no

2 Embora tivesse como referência a experiência de outros países da América Latina, e mesmo dos Governos de Margareth Thatcher, na Inglaterra, e Ronald Regan, nos EUA, além das recomendações de instituições multilaterais como o FMI, o projeto neoliberal no Brasil foi constituindo e consolidando o seu programa político – como não poderia deixar de ser – no próprio processo de sua implementação, como resultado das disputas políticas entre as diversas classes e frações de classes. Portanto, a concepção aqui adotada é de que não havia um projeto neoliberal prévio, acabado, e que foi implantado. Na verdade, a idéia é de que o projeto neoliberal só se definiu claramente de forma *ex-post*, isto é, como resultado da luta de classes. É isto que explica, em grande medida – ao lado das características próprias da formação econômico-social anterior -, a existência de especificidades e diferenças nos projetos neoliberais implementados nos distintos países da América Latina, em que pese terem eles a mesma concepção doutrinária e o mesmo programa político mais geral.

3 As distintas frações do capital devem ser identificadas e caracterizadas a partir dos distintos lugares e funções que diferentes conjuntos de capitais particulares ocupam e cumprem no processo de acumulação, em diferentes momentos da produção e reprodução do capital social – o que dá, objetivamente, a cada um desses conjuntos, internamente, uma forte unidade de interesses. Externamente, esses distintos lugares e funções de cada um dos conjuntos de capitais os colocam, potencialmente, em conflito entre si, apesar da condição geral de serem todos capitais e, por isso, possuem o mesmo interesse na exploração do trabalho e a mesma lógica de caráter mais geral. Na prática existem, pelo menos, quatro modos – não necessariamente excludentes - de se identificar, caracterizar e distinguir as diversas frações do capital, quais sejam: 1) A distinção clássica a partir da oposição entre produção e circulação, que identifica, de um lado, diferentes formas de capital produtivo

moribundo Modelo de Substituição de Importações (MSI) (Filgueiras, 2001) e, de outro, à intensa atividade política desenvolvida pelas classes trabalhadoras na década de 1980 –que se expressou, entre outros eventos, na constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), na criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores (PT) e na realização de cinco greves gerais entre 1983 e 1989.

No entanto, a mobilização política dos trabalhadores, ultrapassando os limites do economicismo –cuja expressão maior foi a construção de um partido político de massa–, ao ameaçar o poder das classes dominantes, porém não conseguindo tornar hegemônico seu projeto nacional, democrático e popular, acabou possibilitando, em determinado momento (a partir da eleição de Fernando Collor em 1989), à unificação das diversas frações do capital em torno do projeto neoliberal, mesmo com idas e vindas, contradições e disputas internas, em virtude do temor das mesmas de perderem o controle político da sociedade.

Durante a crise da década de 1980, pelo menos até a implementação e o fracasso do Plano Cruzado (1986/87), predominava entre as distintas frações de classes do bloco dominante⁴ a tentativa de redefinir,

(agrário e industrial) e, de outro, distintas formas que podem ser assumidas pelo capital dinheiro (bancário e comercial); 2) A distinção pela origem ou procedência do capital: nacional, estrangeiro ou associado; 3) A distinção pelo tamanho do capital: grande, médio e pequeno; 4) E, por fim, a distinção pelo lugar de realização dos lucros: o mercado interno, o mercado externo ou ambos os mercados.

4 Conceitualmente, o bloco dominante na sociedade é composto, em cada conjuntura, por distintas classes e frações de classes, assumindo uma delas a posição de liderança e hegemonia no seu interior, que se caracteriza pela capacidade de unificar e dirigir, política e ideologicamente, as demais a partir de seus interesses específicos, transformados e reconhecidos como parte dos interesses gerais do conjunto do bloco. Todavia, as distintas frações da burguesia, por sua vez, não podem ser deduzidas direta, e exclusivamente, do movimento do capital, isto é, a partir das distintas frações do capital, por duas razões: 1) as relações político-ideológicas existentes são também decisivas na conformação das classes e de suas frações e 2) distintas frações do capital podem ser unificadas sob um mesmo domínio e comando (direção), através da constituição de uma propriedade comum de diversos tipos de capital – o que dará origem a uma fração de classe complexa, cujos interesses estarão presentes em distintos lugares do processo de acumulação. O exemplo mais óbvio disso é, desde sempre, a burguesia agrária brasileira que, em geral, é, ao mesmo tempo, proprietária fundiária e proprietária do capital investido na produção agropecuária e, algumas vezes, do estabelecimento industrial acoplado à produção agrícola. Exemplo mais recente é o dos chamados grupos econômicos que atuam nas mais diversas esferas da atividade econômica – ultrapassando e apagando as fronteiras e as distinções entre os diversos lugares e funções possíveis no processo de acumulação a partir da unificação/integração de unidades de negócio, relativamente autônomas, sob o comando e propriedade de um único poder central que toma as decisões acerca do conjunto de interesses do grupo, constituindo-se, assim, num único bloco de capital. No presente momento histórico, a tendência é de que a lógica financeira articule e dirija o conjunto dos interesses desses grupos. Mesmo quando não tenham, como negócio principal, a atividade bancária.

atualizar e reformar o MSI, mantendo-se ainda um papel fundamental para o Estado no processo de acumulação e desenvolvimento –apesar das críticas à estatização, que haviam surgido já na década anterior (campanha, em 1974, contra o gigantismo do Estado e pela redução de sua participação na economia, principalmente nos setores de transporte, mineração e siderurgia) (Bianchi, 2004).

Havia, então, um eixo unificador entre os empresários e os economistas acadêmicos de oposição (heterodoxos), críticos da política econômica ortodoxa recessiva do início dos anos 1980. Era a defesa de um projeto neodesenvolvimentista como resposta à crise do MSI, que ainda reservava ao Estado as funções de planejamento e implementação de investimentos estratégicos. Esse projeto se expressava no seguinte programa:

... reforma do sistema financeiro, subordinando-o ao financiamento do desenvolvimento; controle público das empresas estatais, “preservando a capacidade produtiva dos setores estratégicos fundamentais (insumos básicos, energia, petroquímica, mineração e telecomunicações), cujo desempenho eficiente é fundamental para expansão do parque industrial brasileiro” e fechando as estatais deficitárias; uma política industrial que privilegiasse os setores capazes de irradiar novas tecnologias e permitisse avançar no processo de substituição de importações; uma política de investimentos estatais que maximizasse a geração de empregos; e “uma nova atitude na renegociação da dívida externa” (Documento dos Doze de 1983, Diniz et al. apud Bianchi, 2004: 190).

Com o fracasso do Plano Cruzado –bem como dos demais planos que se seguiram na segunda metade da década de 1980⁵– e ao longo dos embates travados na Assembléia Constituinte (1986-1988), o projeto neoliberal foi se desenhando e se fortalecendo, passando do campo meramente doutrinário para se constituir em um programa político, com a formação de uma percepção, entre as diversas frações do capital, de que a crise tinha um caráter estrutural e, portanto, que o MSI havia se esgotado e que o projeto neodesenvolvimentista era incapaz de responder aos problemas por ela colocados (Bianchi, 2004).

Desse modo, nos anos 1990, o liberalismo,

... que já havia adentrado na maior parte da América Latina, implanta-se no Brasil, com toda força, a partir do Governo Collor. O discurso

5 Os planos de estabilização que se seguiram ao Plano Cruzado – Plano Bresser (1987) e Plano Verão (1989) –, com algumas variações, seguiram o mesmo caminho, ou seja, eram planos estritamente de estabilização, apoiados na concepção de inflação inercial e que adotaram a mesma estratégia de combate à inflação – congelamento de preços com mudança da moeda. Por razões econômicas e descrédito político, os seus resultados foram ainda mais pífios que os do Plano Cruzado (Filgueiras, 2000).

liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da “Era Liberal” no Brasil. Até então, apesar da existência de algumas iniciativas nesse sentido, durante o Governo Sarney, e de uma já forte massificação e propaganda dessa doutrina nos meios de comunicação de massa, havia uma forte resistência à mesma, calcada principalmente, na ascensão política, durante toda a década de 1980, dos movimentos sociais e do movimento sindical. A Constituição de 1988, apesar de seus vários equívocos, foi a expressão maior dessa repulsa da sociedade brasileira, por isso mesmo, ela foi alvo privilegiado tanto do Governo Collor quanto do Governo Cardoso, que recolocou, mais tarde, o projeto liberal nos trilhos (Filgueiras, 2000: 83-84).

Esse processo, que culminou com a afirmação do projeto político neoliberal e a construção de um novo modelo econômico, redefiniu as relações políticas entre as classes e frações de classes que constituíam a sociedade brasileira. A vitória desse projeto expressou, ao mesmo tempo em que estimulou, um processo de transnacionalização dos grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento no interior do bloco dominante, além de exprimir, também, a fragilidade financeira do Estado e a subordinação crescente da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. Em particular, re-configurou o bloco dominante e a sua fração de classe hegemônica, com destaque para a consolidação dos grandes grupos econômicos nacionais, produtivos e financeiros.

Assim, nessa nova configuração, faz parte da fração hegemônica⁶, do bloco dominante: o capital financeiro⁷ internacional –expresso

6 Na formulação gramsciana, a classe ou fração de classe hegemônica é aquela que ocupa/exerce o lugar/função mais estratégico(a) e decisivo(a) no modo de acumulação num determinado período histórico e, a partir de seus interesses específicos – econômicos e políticos -, consegue soldar organicamente (compatibilizar) os interesses das demais frações do capital, de forma que a sua dominação é aceita (consentida) por estas últimas. Quando a fração de classe hegemônica consegue também expressar e articular os interesses das frações de classes subalternas, essa hegemonia se estabelece sobre o conjunto da sociedade, obtendo-se, assim, um consenso. Segundo Gramsci, quando isso ocorre, o grupo social hegemônico afirma sua capacidade de liderança e direção política, intelectual e moral. Como se verá adiante, uma das dificuldades do projeto neoliberal, sob o comando do capital financeiro, está, justamente, na incapacidade de transformar sua dominação em hegemonia, isto é, de construir um consenso para além do bloco dominante, incorporando os grupos sociais subalternos da sociedade.

7 O conceito de capital financeiro possui duas versões clássicas. A de Hilferding (1985), formulada em 1910 a partir da realidade alemã e situada no campo marxista, afirma que esse capital é produto da fusão/integração (aliança orgânica) entre o capital bancário e o capital industrial, com a dominação do primeiro. Ele é a expressão maior da fase monopolista e imperialista do capitalismo, que se iniciou no último quarto do século XIX. A outra concepção, de viés heterodoxo, elaborada em 1902 e referenciada na realidade inglesa, é a de Hobson (1983). Nela, o capital financeiro surge a partir da constituição de

na movimentação dos fundos de pensão, dos fundos mútuos de investimentos e dos grandes bancos dos países desenvolvidos–; os grandes grupos econômico-financeiros nacionais⁸, que conseguiram sobreviver, até aqui, ao processo de globalização, em função de sua capacidade competitiva ou através da associação (subordinada) com capitais estrangeiros; e o capital produtivo multinacional (associado ou não ao capital nacional). Todos eles tendo aumentado suas respectivas influências no bloco dominante.

As demais frações do bloco dominante, situadas numa posição subordinada, são os grandes grupos econômicos, não financeirizados organicamente, e os grandes e médios capitais que têm uma maior *especialização* no processo de acumulação: agronegócio, indústria, comércio ou serviços, estando voltados para o mercado externo e/ou interno.

Aqui é importante distinguir entre a lógica financeira –que se constitui na lógica mais geral do capital, desde sempre, e que caracteriza a atual fase do desenvolvimento capitalista em escala nacional e internacional, imprimindo, de forma dominante, a dinâmica do modo de produção e influenciando as mais diversas esferas das sociedades e dimensões da vida social– das formas institucionais assumidas pelo capital financeiro, que definem os sujeitos que comandam concretamente esse processo, articulando os mais diversos interesses, a partir do domínio, controle e propriedade de instituições financeiras.

Desse modo, embora todos os grupos econômicos e as frações do capital estejam, hoje, financeirizados –no sentido de estarem subordinados à lógica financeira e aplicarem seus excedentes no mercado financeiro, em particular nos títulos da dívida pública–, apenas aqueles que se articulam organicamente com a esfera financeira, através do controle e propriedade de uma ou mais instituições financeiras, são os sujeitos fun-

uma solidariedade de interesses financeiros da comunidade de negócios, que articula o capital industrial e o capital bancário, sem, contudo, haver, necessariamente, uma fusão/integração orgânica. Essa teorização, embora mais ampla que a anterior, também define uma dominação geral (não orgânica) do capital bancário. Para uma discussão sobre o Brasil, acerca dessa questão, ver Guerra (1999) e Gonçalves (1991a; 1991b; 1999). No presente texto, a noção adotada, de capital financeiro, é mais geral do que as duas mencionadas anteriormente. Refere-se à fração do capital que se reproduz, fundamentalmente, ou principalmente, na esfera financeira, no âmbito da acumulação fictícia, podendo assumir várias formas institucionais - não excluindo, portanto, as duas possibilidades anteriores.

8 Esses grandes grupos econômico-financeiros nacionais além de atuarem diretamente na esfera financeira, se fazem presentes também em outras esferas (atividades econômicas) da acumulação: agricultura, indústria, comércio e serviços. Embora possam estar mais focados em alguma delas em particular – o que depende muito da origem inicial das atividades do grupo e do seu poder de diversificação. Quando necessário, internacionalizaram-se, associando-se e fundindo-se com capitais estrangeiros, em uma ou mais atividades do grupo e transnacionalizaram-se, expandindo suas atividades para outros países. Os seus lucros são realizados tanto no mercado interno quanto no externo (exportação).

damentais dessa lógica, que subordina inclusive o Estado, a política econômica e social e a ação política em geral. Assim, apesar da maioria dos grandes grupos econômicos, no Brasil, não estar ligada, organicamente, ao capital financeiro –através de um banco ou outro tipo de instituição financeira de propriedade do grupo–, esses grupos também se beneficiam da especulação e do financiamento da dívida pública, ganhando também com as elevadas taxas de juros.

Adicionalmente, o projeto neoliberal e a sua política têm como importante aliado a classe média alta, *novos ricos* que rejeitam qualquer coisa parecida com um Estado de Bem-Estar Social, do qual não se beneficiariam, pois ajudariam a financiá-lo com impostos, mas não fariam uso de seus serviços (Boito, 2004). Esse segmento é formado

... por executivos de empresas, certos segmentos de profissionais liberais, a alta burocracia governamental, uma nova intelectualidade identificada com os valores e hábitos forâneos e um pequeno grupo de consultores e trabalhadores autônomos altamente qualificados, ocupados em atividades econômicas recém surgidas e típicas dos novos paradigmas tecnológicos. Um segmento social que se beneficiou com a “farra das importações” e também com as altas taxas de juros e que, ao descobrir os padrões de consumo próprios dos países desenvolvidos, e a ele ter acesso, se deslumbrou e se sentiu incluído no primeiro mundo (Filgueiras, 2002: 4).

Por fim, pode-se afirmar que o projeto neoliberal, embora não contemple organicamente os interesses das classes trabalhadoras, o seu discurso doutrinário tem se afirmado de forma ampla na sociedade –conseguindo apoio e concordância para a sua pregação privatizante, em especial contra os *gastos excessivos* do Estado e os *privilégios* dos funcionários públicos–, evidenciando, assim, um novo domínio ideológico da burguesia no Brasil (Boito, 2004).

A demora do projeto neoliberal se impor, no interior das classes dominantes, foi devido à complexidade da estrutura produtiva do país. Nesse âmbito, a contradição fundamental se referia, sobretudo, ao processo de abertura comercial –que atingia de forma bastante diferenciada os diversos ramos de produção industrial e agro-industrial–, em particular; a disputa se dava em torno do ritmo e amplitude que a abertura deveria assumir. Essa contradição se expressou, conjunturalmente, na seguinte disjuntiva: a abertura deveria ser utilizada como instrumento de combate à inflação (como de fato ocorreu) ou, alternativamente, deveria se constituir, através de uma política industrial ativa, num instrumento de modernização e aumento da competitividade da estrutura produtiva do país (como pleiteava, majoritariamente, o empresariado industrial).

A abertura comercial e financeira –demandada pelos capitais financeiros nacionais e internacionais e por grupos vinculados à expor-

tação/importação de bens e serviços–, juntamente com a reestruturação do Estado, foi fundamental na redefinição das relações estabelecidas pelas diversas frações do capital, entre si e com as classes trabalhadoras e o Estado, implicando o fortalecimento dos capitais internacionais e dos grandes grupos nacionais –que conseguiram se transnacionalizar e se financeirizar organicamente.

Esse processo, de implantação e evolução do projeto neoliberal, passou por, pelo menos, três momentos distintos, desde o início da década de 1990, quais sejam: uma fase inicial, bastante turbulenta, de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula).

Em particular, o Governo Lula deu prosseguimento (radicalizando) à política econômica implementada pelo segundo Governo FHC, a partir da crise cambial de janeiro de 1999: metas de inflação reduzidas, perseguidas por meio da fixação de taxas de juros elevadíssimas; regime de câmbio flutuante e superávits fiscais acima de 4,25% do PIB nacional. Adicionalmente, recolocou na ordem do dia a continuação das reformas neoliberais –implementando uma reforma da previdência dos servidores públicos e sinalizando para uma reforma sindical e das leis trabalhistas–, além de alterar a Constituição para facilitar o encaminhamento, posterior, da proposta de independência do Banco Central e dar seqüência a uma nova fase das privatizações, com a aprovação das chamadas Parcerias Público-Privado (PPP), no intuito de melhorar a infra-estrutura do país –uma vez que a política de superávits primários reduz drasticamente a capacidade de investir do Estado. Por fim, completando o quadro, reforçou as políticas sociais focalizadas (assistencialistas).

Desse modo, com o abandono do programa histórico do PT, de caráter social-democrata-nacional-popular, e com a manutenção do programa e das políticas neoliberais, o Governo Lula evitou enfrentamentos com o bloco dominante, governando com e para ele. Portanto, nem de longe, está se vivendo uma fase de transição pós-neoliberal, mas sim um ajustamento e consolidação do modelo neoliberal –que tem possibilitado uma maior unidade política do bloco dominante, isto é, tem reduzido o atrito no seu interior.

ESTRUTURA E DINÂMICA DO MODELO ECONÔMICO NEOLIBERAL

O que se identifica como sendo o modelo econômico neoliberal no Brasil –com sua respectiva dinâmica macroeconômica extremamente instável–,

se estruturou através de profundas mudanças –capitaneada por sucessivos governos⁹– em, pelo menos, quatro dimensões estruturais, quais sejam: 1) a relação capital/trabalho; 2) a relação entre as distintas frações do capital; 3) a inserção internacional (econômico-financeira) do país e 4) a estrutura e o funcionamento do Estado.

MUDANÇAS NA RELAÇÃO CAPITAL-TRABALHO

Quanto à relação capital-trabalho, as mudanças decorreram, antes de tudo, do processo de reestruturação produtiva, que redefiniu radicalmente, no plano objetivo material, a correlação de forças existentes, com o claro enfraquecimento da capacidade política e de negociação da classe trabalhadora e de suas representações. A reestruturação produtiva das empresas –privadas e públicas–, através da reorganização dos seus processos de produção, com a introdução de novos métodos de gestão do trabalho e de novas tecnologias, teve implicações devastadoras sobre o mercado de trabalho. Esse impacto negativo foi reforçado pela abertura comercial e financeira da economia e pelo longo ciclo de estagnação iniciado no começo dos anos 1980 –caracterizado por baixíssimas taxas de crescimento do PIB e reiteradas flutuações de curto prazo (Filgueiras, 2003)¹⁰.

A face mais visível desse processo foi o grande salto verificado nas taxas de desemprego, sintomaticamente, a partir do início dos anos 1990 com o Governo Collor, quando a abertura comercial-financeira e uma profunda recessão –provocada pela política de estabilização adotada– acirraram a concorrência intercapitalista e empurraram as empresas para um processo acelerado de reestruturação, que até então, com raras exceções, caminhava lentamente¹¹. Posteriormente, a partir do Plano Real, com a ampliação da abertura comercial e a valorização da moeda nacional, as taxas de desemprego se elevaram mais ainda –apesar de, inicialmente, entre 1993 e 1995, essas taxas terem se re-

9 Isto significa dizer que a ação política, a partir do aparelho de Estado, foi crucial para a estruturação, evolução e dinâmica do modelo neoliberal. Ao contrário de uma redução do poder do Estado, conforme propagado pela doutrina, a implementação e condução desse modelo implicaram, e implicam, uma participação fundamental do Estado, com reforço e ampliação de seu poder (Gray, 1999).

10 “A política adotada, a partir do início dos anos 1990, permitiu uma forte exposição externa da base produtiva local, implementou um novo receituário de política econômica e buscou enfraquecer o poder de barganha dos segmentos organizados da sociedade, na esperança de reduzir a resistência aos projetos de flexibilização do sistema de proteção social inscrito na Constituição de 1988” (Dedecca, 2005: 105).

11 Há uma ampla literatura acadêmica - no campo da Economia e da Sociologia do Trabalho - sobre o tema, que não deixa dúvidas sobre a natureza e as implicações do processo de reestruturação produtiva, nos países desenvolvidos e no Brasil: Anderson (1995); Antunes (1995); Borges e Druck (1993); Coutinho (1992); Druck (1999; 1994); Filgueiras (1997); Fiori (1995); Harvey (1992); Hirata (1994); Pochmann (1996).

duzido um pouco. Na principal região metropolitana do país, a cidade de São Paulo, a taxa de desemprego total (aberto e oculto) chegou a atingir, em 2003, 19% da população economicamente ativa –de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). A partir de então, assistiu-se a uma pequena redução, decorrente da retomada do crescimento a partir de 2004.

Junto com o desemprego e como produto de uma ampla desregulação do mercado de trabalho –efetivada na prática pelas empresas e por diversos instrumentos jurídicos emanados dos sucessivos governos–, veio um processo generalizado de precarização das condições de trabalho –formas de contratação instáveis que contornam ou burlam a legislação trabalhista, prolongamento da jornada de trabalho, redução de rendimentos e demais benefícios, flexibilização de direitos trabalhistas e ampliação da informalidade– tudo isso, enfraquecendo e deslocando mais ainda a ação sindical para um comportamento defensivo¹².

Do ponto de vista da distribuição da renda –e como expressão mais geral, e resultado direto, desse processo– assistiu-se, desde o início da implementação do modelo neoliberal, a uma redução da participação do montante total dos rendimentos do trabalho na renda nacional (de mais de 50% para apenas 36%), tendo por contrapartida o crescimento da participação do montante total dos rendimentos do capital, especialmente os juros do capital financeiro, e das receitas fiscais do Estado.

A carga tributária cresceu, sistematicamente, a partir do segundo Governo FHC (1999-2002), passando de 25% para 37%, como contra-face necessária da política fiscal adotada após a crise cambial de janeiro de 1999, de obtenção de elevados superávits fiscais primários para o pagamento da dívida pública. Do total da arrecadação, 27% do seu valor vem dos salários, 49% do consumo e apenas 16% dos rendimentos do capital e outras rendas e 3% de impostos sobre a propriedade e herança (*FSP*, 2005).

Além disso, a partir do Governo Lula (2003), com a obtenção de superávits na conta de transações correntes do Balanço de Pagamentos e a manutenção da política de obtenção de elevados superávits fiscais primários (acima de 4,25% do PIB) –para viabilizar o pagamento das obrigações decorrentes da dívida pública, interna e externa–, cresceram as remessas de lucros, juros e amortizações para o exterior. Portanto, atualmente, no lugar da existência dos chamados déficits gêmeos, observa-se exatamente o contrário, como expressão, em última instância,

12 Mais recentemente (a partir de 2005), passou-se a discutir uma reforma sindical e apontou-se para uma futura reforma trabalhista, que vai no sentido de legalizar e aprofundar as diversas formas de precarização já existentes – em nome da competitividade das empresas e da redução da informalidade. Com relação à Reforma Sindical proposta ver Druck (2004) e sobre a flexibilização e desregulamentação trabalhista nos anos 1990 ver Krein (2003).

da hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante e de sua dominação sobre o conjunto da sociedade.

Ainda no âmbito da distribuição da renda, um estudo realizado recentemente (Pochmann et al., 2004) evidencia que houve o aumento da quantidade de ricos (de 507 mil famílias ricas em 1980, para 1,16 milhão em 2000) e de suas posses. Isso foi possível porque o fator potencializador da riqueza foi o sistema financeiro e não a produção¹³. O que ocorreu nas duas últimas décadas no Brasil foi uma concentração da riqueza num tipo específico de mercado financeiro, o da dívida pública. Os títulos garantidos pelo governo atraem hoje a maioria dos recursos do crédito bancário¹⁴, da folga de caixa das empresas e das fortunas pessoais: uma transferência patrimonial contínua do Estado para os ricos (Carvalho, 2004).

O estudo também evidencia que esses 1,16 milhão de famílias ricas no Brasil, cuja renda é de no mínimo R\$ 10.982 mensal *per capita* (valor mínimo recebido pelo 1% mais rico do Brasil, em valores de 2003), representam 2,4% do total de cerca de 48,5 milhões de famílias brasileiras. Essas famílias se concentram, principalmente, no estado de SP (58%) e na capital paulista (38%). Além disso, 50% do total das famílias ricas moram em quatro cidades: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte.

Ainda segundo o mesmo estudo, os super-ricos no Brasil apropriam-se do equivalente a 3% da renda nacional. São 5 mil famílias –apenas 0,001% do total– que têm um patrimônio equivalente a 40% do PIB nacional. Mas, adicionalmente, essas famílias comandam boa parte do restante da renda nacional a partir de contratação de serviços, da remuneração de empregados de altos salários, além da influência exercida sobre uma parte expressiva do gasto público e das informações veiculadas nos órgãos de imprensa.

Enfim, não pode haver a menor dúvida de que a desregulamentação do mercado de trabalho, a flexibilização do trabalho –em suas diversas dimensões– e o enfraquecimento do poder político e de negociação das representações das classes trabalhadoras se constituem, desde o início, em um dos pilares fundamentais do projeto político neoliberal, redefinindo radicalmente, a favor do capital, a correlação de forças políticas.

13 Segundo o mesmo estudo, houve uma metamorfose no processo de composição e manutenção da riqueza no país: até o século XIX a riqueza era muito mais agrária, baseada na posse da terra e de escravos. No século XX, o processo de enriquecimento ficou muito mais dependente do meio urbano-industrial e, dos anos 1980 para cá, esse processo é mais baseado na valorização financeira.

14 Em virtude do financiamento da dívida pública pelos bancos, o crédito para o setor privado corresponde, atualmente, à apenas 22% do PIB (FSP, 2005).

MUDANÇAS NAS RELAÇÕES INTERCAPITALISTAS

No que concerne à relação entre as distintas frações do capital, as mudanças caminharam em múltiplas direções. Antes de tudo, assistiu-se, com a abertura e desregulamentação dos mercados financeiros, o aprofundamento da financeirização da economia, apoiada essencialmente na dívida pública e que abarcou todas as frações do capital –no sentido da predominância da lógica financeira no interior de seus processos de decisões. Esse processo foi, ao mesmo tempo, causa e consequência do fortalecimento econômico e político dos grandes grupos financeiros, nacionais e internacionais, levando também grandes grupos econômicos, de origem não financeira, a criarem suas próprias instituições financeiras¹⁵. O predomínio do capital financeiro na sociedade e na sua relação com o capital produtivo, se expressa, de forma contundente, nas políticas econômicas implementadas e nos resultados econômicos (lucros) obtidos pelas instituições financeiras –esteja a economia crescendo ou não (*FSP*, 2005).

Em outra dimensão, os processos de abertura comercial e financeira e de privatização –acompanhados, durante o primeiro Governo FHC, por uma política cambial de sobrevalorização do real– levaram a um movimento impressionante de centralização de capitais, através de aquisições, incorporações e fusões, concomitantemente a uma maior desnacionalização e internacionalização da economia brasileira¹⁶. O capital internacional e os grandes grupos econômico-financeiros nacionais, que conseguiram se transnacionalizar, aumentaram sua participação na economia e seu poder político. O mesmo pode-se dizer das frações de capital com fortes vínculos com o comércio exterior, especialmente o chamado agronegócio, que passou, a partir do segundo Governo FHC e principalmente do Governo Lula, a se fortalecer, em

15 Entre os 100 maiores grupos econômicos privados do Brasil, no ano de 2001, 19 grupos eram de origem financeira e 11 de outros setores mas tendo algum tipo de instituição financeira pertencente ao grupo. Portanto, 30 grupos articulados organicamente na esfera financeira da acumulação de capital. Além disso, pelo menos 19 grupos estavam associados ao processo de privatização– grupos que foram criados, ou se ampliaram, através da aquisição de empresas públicas (Exame, 2002).

16 “O processo de desnacionalização, que acompanhou o Plano Real, foi crescente e atingiu todos os setores: indústria, comércio e serviços. Isto decorreu da natureza dos investimentos estrangeiros no Brasil, entre 1994 e 1998. De um total de US\$ 65,5 bilhões, 55,4% (US\$ 36,3 bilhões) foram para a compra de empresas brasileiras já constituídas.” (Filgueiras, 2000: 162). “O número de aquisições de empresas brasileiras por estrangeiros, entre 1994 e 1998, cresceu 146%, passando de 63 para 237, totalizando, no período, 676 operações - sem contar incorporações, acordos e associações. O estoque de investimentos estrangeiros, que correspondia, até 1995, a 6,11% do PIB, passou a representar, em 1998, 12,34%.” (Filgueiras, 2000: 163). Entre os 100 maiores grupos econômicos privados do Brasil, no ano de 2001, pelo menos 50% eram estrangeiros (Exame, 2002).

razão da importância estratégica que as exportações passaram a ter para a dinâmica do modelo neoliberal, ao possibilitar-lhe um mínimo de estabilidade.

As filiais de multinacionais que, durante o período do MSI, tinham uma razoável autonomia relativa em relação às suas matrizes, passaram a se integrar mais estreitamente às redes corporativas, comandadas a partir dos países desenvolvidos, como fruto de um processo de terceirização em escala global. Com isso, redefiniram, no interior do Brasil, as suas articulações e encadeamentos com as eventuais cadeias produtivas nas quais participavam como um dos elos constitutivos, além de dificultarem muito, ou mesmo impedirem, a execução de políticas industriais por parte dos Estados Nacionais da periferia.

Por fim, o processo de reestruturação produtiva, em especial a prática generalizada da terceirização, produziu novas formas de articulação entre os grandes, médios e pequenos capitais e mesmo de segmentos de trabalhadores *autônomos*, através da constituição de redes de subcontratação, principalmente de mão-de-obra (Druck, 1999). Isto implicou uma articulação mais orgânica entre essas distintas frações do capital, tornando-as aliadas e sócias no processo de precarização das condições de trabalho e de flexibilização do mercado de trabalho¹⁷. Aliás, a defesa da redução e extinção dos encargos sociais e trabalhistas, capitaneada pelo grande capital, tem ampla aceitação entre os médios e pequenos capitais, que a vêem como um instrumento fundamental para superar o seu pouco poder de competição. Na verdade, essa proposição é uma poderosa solda político-ideológica entre as diversas frações do capital¹⁸.

MUDANÇAS NA INSERÇÃO INTERNACIONAL

No âmbito da inserção econômica internacional do país, as mudanças também foram significativas, tendo sido implementadas a partir da abertura comercial, com a queda das alíquotas de importação e da desregulamentação financeira, que integrou o mercado financeiro nacional ao movimento dos mercados financeiros internacionais.

17 Por outro caminho, mas na mesma direção de uma maior soldagem entre o grande e o pequeno capital, pode-se destacar a prática da *franquia*, que se constitui num instrumento efetivo de fragmentação e dispersão de capitais - articulados em rede a partir de um centro (grande capital) propagador.

18 A única forma de se contrapor a isso é transferir os encargos sociais e trabalhistas, que incidem sobre a folha salarial, para o faturamento das empresas, criando-se faixas diferenciadas, com o objetivo de isentar as micro e pequenas empresas e fazer as demais pagarem crescentemente, de acordo com o seu montante de receita - como num sistema de imposto de renda progressivo.

Na nova lógica, derivada das novas relações internacionais, o país passou, inicialmente, a ser importador líquido de bens e serviços –implicando em elevados saldos negativos na conta de transações correntes do balanço de pagamentos¹⁹. Esses saldos foram financiados pela privatização de empresas públicas, aquisições de empresas nacionais por capitais estrangeiros e pelos fluxos internacionais de capitais (superávits na conta de capital), equilibrando-se, deste modo, o seu balanço de pagamentos.

Contudo, depois de sucessivas crises internacionais e após a suspensão do processo de privatizações de empresas públicas, essa lógica se redefiniu, de forma compulsória, a partir da crise cambial ocorrida no início do segundo Governo FHC. Essa redefinição se deu no sentido da obtenção de elevados superávits na balança comercial, como condição essencial para a remuneração do capital financeiro internacional²⁰. Tal remuneração não pode ser garantida apenas através da realização, por parte do setor público, de elevados superávits fiscais primários. É necessário que esses recursos, denominados em moeda nacional (real), possam ser trocados por dólares, para que sejam remetidos à circulação internacional de capital.

Com a abertura comercial e as privatizações, importantes segmentos industriais foram afetados, com vendas e fusões de empresas nacionais (privadas e públicas) para e com o capital estrangeiro (desnacionalização) ou a reconversão de suas atividades para montagem de componentes importados. Em certa medida, assistiu-se a um processo de desindustrialização, com redução da participação da indústria na economia nacional, e especialização regressiva –com menor diversidade e desarticulação de cadeias produtivas nos segmentos industriais mais dinâmicos, intensivos em capital e tecnologia, e ampliação do peso relativo de ramos industriais de pouco dinamismo, intensivos no uso de recursos naturais e mão-de-obra (Carneiro, 2002). Os setores mais afetados pelas importações e a valorização cambial

19 Ao final desse primeiro Governo FHC, o déficit da balança comercial acumulado (1994/1998) chegou a atingir US\$ 23,7 bilhões, enquanto o déficit acumulado em transações correntes, no mesmo período, atingiu US\$ 110 bilhões. Considerando-se apenas o ano de 1998, este último déficit foi de US\$ 33,6 bilhões, correspondendo a 4,5% do PIB, quando em 1994 o mesmo era de apenas US\$ 1,8 bilhão. Essa situação insustentável desembocou na desvalorização cambial de 1999, a partir da qual esses déficits iriam, então, se reduzir ano a ano.

20 No segundo Governo FHC (1999-2002), após a desvalorização cambial do início de 1999, a Balança Comercial acumulou US\$ 13,9 bilhões, reduzindo em mais de 20% o saldo negativo (US\$ 80,5 bilhões) da Conta de Transações Correntes. No Governo Lula (2003-2005), em razão de condições internacionais muito favoráveis a partir de 2003, a Balança Comercial já acumulou um superávit de mais de US\$ 90 bilhões, enquanto a conta de Transações Correntes acumulou um saldo positivo de quase US\$ 30 bilhões.

(Plano Real) foram os mais intensivos em tecnologia e capital e os menos afetados foram os intensivos em mão-de-obra e, principalmente, recursos naturais²¹.

Em suma, no âmbito da inserção do país na nova divisão internacional do trabalho, há uma articulação e um processo complexos. De um lado, reprimarização das exportações –agronegócio e indústria de baixo valor agregado– (Gonçalves, 2000) em novas bases tecnológicas e financeiras (mas com uso intensivo de mão-de-obra e recursos naturais) e, de outro, o fortalecimento de alguns segmentos industriais típicos da Segunda Revolução Industrial, modernizados pelas tecnologias difundidas pela Terceira Revolução (automóveis, petroquímica e aviões). Estes últimos segmentos integrados ou não em redes transnacionais e grandes grupos econômicos.

Portanto, o Brasil, dada a complexidade de sua estrutura produtiva, caminha em diversas direções. Não se resume exclusivamente à especialização de produtos centrados no baixo custo da mão-de-obra e em recursos naturais, nem é uma mera plataforma de exportação –pois as exportações e o superávit comercial, além de significarem uma proporção relativamente pequena do PIB nacional (respectivamente, em torno de 16% e 6%), têm, dinamicamente, encadeamentos para trás, num mercado interno de grandes proporções, embora concentrado. Todavia, o mercado interno perde importância relativa na formação do PIB, deixando de ser relevante para frações significativas do bloco dominante, em particular aquelas voltadas, principalmente ou exclu-

21 Estudo recente (MDIC, 2004) sobre a situação competitiva de 20 cadeias industriais brasileiras (que respondem por 53% do faturamento da indústria brasileira, 63% das exportações e 67% das importações do país, e representam 1% das exportações mundiais desses segmentos) identificou quatro tipos de grupo, com situações distintas tendo em vista a possibilidade de uma maior liberalização do comércio exterior – caso sejam constituídos acordos de livre comércio com o NAFTA ou a União Européia: 1- cadeias com menos ameaças ou mais competitivas (superavitárias atualmente): café, papel e celulose, cítricos, couro e calçados, siderurgia e têxtil e confecções; 2- cadeias com sérias deficiências competitivas (cronicamente deficitárias): bens de capital, química e petroquímica, transformados plásticos, naval e informática; 3- cadeias com oportunidades e ameaças localizadas e/ou que se anulam (têm produtos pouco transacionáveis no mercado externo: cosméticos, madeiras e móveis e cerâmica); e 4- cadeias nas quais predomina o comércio intrafirma (participam intensamente do comércio mundial e são deficitárias atualmente): automotiva, farmacêutica, eletrônica de consumo e tele-equipamentos. Ainda segundo esse fundo, as cadeias superavitárias já eram competitivas desde os anos 1980, pelas seguintes razões: vantagens naturais de clima, oferta de matérias-primas e custo de energia e mão-de-obra; vantagens construídas de escala (siderurgia) e comércio intrafirma - que depende da estratégia das multinacionais. Por isso, observa-se resistência e cautela, por parte de muitos segmentos industriais e do próprio Governo Lula, à formação da ALCA – pois esta implicaria em uma nova rodada de abertura comercial, com conseqüências complicadas para inúmeras cadeias produtivas internas e, por conseguinte, para a estratégia de obtenção de elevados saldos comerciais.

sivamente, para o mercado externo e o capital financeiro estrito senso (este último não depende, de forma imprescindível, do crescimento do PIB para viabilizar sua rentabilidade, conseguindo ganhar mesmo com a estagnação do produto e da renda *per capita*).

Por fim, o Governo Lula parece aceitar a atual divisão internacional do trabalho –na qual o país se integra como exportador agrícola e de produtos industriais em sua maioria de baixo conteúdo tecnológico–, mas quer levá-la ao seu limite, com a crítica ao protecionismo dos países desenvolvidos e a implementação de ações para a eliminação dos subsídios agrícolas. Com tudo isso, entra em contradição com frações importantes do capital desses países, embora tenha a simpatia do capital financeiro internacional –que vê com bons olhos a obtenção de superávits na Balança Comercial, pois garante a capacidade do Brasil em remunerar suas aplicações (Boito, 2004).

MUDANÇAS NA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ESTADO

Da mesma forma que as empresas, o Estado também se reestruturou, redefinindo-se enquanto expressão das disputas entre as diversas classes e frações de classe. O processo de desregulamentação –com a quebra dos monopólios estatais em vários setores da economia– juntamente com o processo de privatização das empresas públicas, reduziu bastante a presença do Estado nas atividades diretamente produtivas, fortalecendo grupos privados nacionais e estrangeiros –dando origem a oligopólios privados, redefinindo a força relativa dos diversos grupos econômicos e enfraquecendo grupos políticos regionais tradicionais; além de permitir demissões em massa e enfraquecer os sindicatos²².

As privatizações²³, que também funcionaram como uma âncora na estratégia de estabilização de preços –ao permitir, durante o primeiro Governo FHC (1994-1998), a existência de crescentes déficits na conta de transações correntes do balanço de pagamentos–tribuíram de forma im-

22 “Assim, foram extintos o monopólio estatal nas áreas da prospecção, exploração e refino do Petróleo; nas telecomunicações, e na geração e distribuição de energia. Além disso, mudou-se o conceito de ‘empresa nacional’, para possibilitar igualdade de condições para as empresas estrangeiras, e desregulamentou-se a exploração do subsolo e a navegação costeira, permitindo-se, em ambas a atuação do capital estrangeiro” (Filgueiras, 2000: 111).

23 As privatizações “... já tinham deslançado desde o Governo Collor, com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND); portanto, o Governo Cardoso assumiu a tarefa de expandi-las e acelerá-las, ampliando os setores produtivos e as empresas onde as mesmas poderiam ocorrer – incluindo no processo a Vale do Rio Doce e os setores de concessão de serviços públicos, como energia elétrica e telecomunicações” (Filgueiras, 2000: 112). Elas afetaram diversos setores da economia, rendendo, até julho de 1999, US\$ 88,3 bilhões de dólares. Entre esses setores destacam-se: petroquímica, siderurgia, mineração, fertilizantes, ferroviário, portuário, financeiro, energia e telecomunicações.

portante para os processos de desnacionalização da economia e de centralização de capital. Processos estes que contaram com a participação central do BNDES, de bancos nacionais e estrangeiros e de fundos de pensão.

Adicionalmente, a reforma administrativa permitiu a criação de mecanismos de demissão e contratação de funcionários para além dos concursos, flexibilizando também as relações trabalhistas no setor público²⁴, enquanto duas reformas da previdência social – a primeira durante o primeiro Governo FHC e a segunda no Governo Lula – redefiniram as regras de aposentadoria, reduzindo benefícios e direitos, em nome do equilíbrio fiscal, abrindo espaço para a atuação dos fundos de pensão privados (Filgueiras e Lobo, 2005; Filgueiras e Lobo, 2003).

Finalmente, a instituição de elevados superávits fiscais primários levou ao crescimento, sistemático, da carga tributária, através da criação de novas contribuições ou do aumento das alíquotas de contribuições já existentes. A ênfase nas contribuições, e não nos impostos, foi determinada pelo fato das mesmas não terem as suas arrecadações divididas entre a União, Estados e Municípios, isto é, pertencem apenas à União.

Em síntese, a retirada do Estado de setores estratégicos da atividade econômica, juntamente com o agravamento de sua fragilidade financeira, a redução de sua capacidade de investimento e a perda de autonomia da política econômica, enfraqueceu-lhe a possibilidade de planejar, regular e induzir o sistema econômico. O crescimento acelerado da dívida pública²⁵ – com encargos financeiros elevadíssimos –, juntamente com a livre mobilidade dos fluxos de capitais, é parte central da subordinação da política macroeconômica aos interesses do capital financeiro, ao mesmo tempo em que redefiniu a presença dos interesses das distintas classes e frações de classe no interior do Estado²⁶.

24 “Na reforma administrativa, a questão básica foi a separação dos diversos segmentos do Estado de acordo com as denominadas funções ‘próprias’ de Estado e as ‘outras’, abrindo, assim, a possibilidade da terceirização de uma série de atividades na área social para a atuação de empresas privadas. Isto está associado à questão da estabilidade do funcionalismo, identificada como o empecilho fundamental para ajustar as contas públicas, em especial dos estados e municípios. Assim, aprovou-se a possibilidade de demissão por excesso de quadros – quando os salários pagos ultrapassarem mais de 60% das receitas – e por ineficiência.” (Filgueiras, 2000: 111)

25 A Dívida Líquida do Setor Público saiu de U\$S 153 bilhões, em 1994, para quase U\$S 1 trilhão ao final do terceiro ano do Governo Lula. Nesses últimos três anos foram pagos mais de U\$S 400 bilhões de juros; apesar disso, seu valor absoluto só fez crescer e o seu valor em relação ao PIB reduziu muito pouco, em virtude, principalmente, do processo de revalorização do real a partir de 2003.

26 Com relação ao orçamento da União, por exemplo, a criação de um instrumento como a Desvinculação de Receitas da União (DRU), permite desvincular 20% do montante total das receitas, possibilitando uma transferência crescente de recursos da população, que deveria ir para educação, saúde, previdência social, estradas etc, para o pagamento dos juros da dívida pública.

A INSTABILIDADE DA DINÂMICA MACROECONÔMICA

O resultado mais geral de todas essas mudanças foi o de atualizar, radicalizando-a, a dependência tecnológica e financeira do país, agravando a vulnerabilidade externa da economia brasileira e a fragilidade financeira do Estado. É da natureza do modelo neoliberal periférico a reiteiração permanente dessa vulnerabilidade e fragilidade, como condição de reprodução do capital financeiro e, portanto, de sua própria reprodução. Assim, a dinâmica do modelo é, intrinsecamente, instável. E isto é verdadeiro mesmo quando da existência de superávits comerciais no balanço de pagamentos²⁷.

Essa instabilidade se apresentou de forma radical durante o primeiro Governo FHC, quando a vulnerabilidade externa crescente levou à crise cambial de 1999. A partir daí, apesar da reversão dos saldos negativos da balança comercial, com a conseqüente redução conjuntural da vulnerabilidade externa, a instabilidade permaneceu, como ficou evidenciado pelos efeitos provocados pela crise da Argentina em 2001 e pela nova crise cambial brasileira de 2002.

A trajetória lógico-histórica das políticas e da instabilidade macroeconômica dos últimos dez anos, responsável por essa situação, pode ser sintetizada da seguinte forma (Filgueiras, 2002):

- 1- A partir de 1994, a estabilidade relativa dos preços –drástica redução das taxas de inflação– sustentada por uma política de sobrevalorização do real e uma indiscriminada abertura comercial e financeira da economia brasileira, implicou uma profunda instabilidade macroeconômica;
- 2- Essa permanente instabilidade –que acompanha o país desde a crise do México em dezembro de 1994 e que se evidenciou sucessivamente e de forma cada vez mais crítica, nas crises da Ásia em 1997, da Rússia em 1998, do próprio Brasil em 1999, da Argentina em 2001 e, de novo, do Brasil em 2002– está associada a uma grande dependência da dinâmica econômica brasileira para com o capital financeiro nacional e internacional, que se alimenta das altas taxas de juros pagas pelos títulos das dívidas interna e externa;

27 O modelo econômico tem se caracterizado por baixíssimas taxas de crescimento acompanhadas por flutuações bruscas de curto prazo e reiteradas crises cambiais. Em oito anos dos Governos FHC, ocorreram seis crises cambiais. Atualmente, no Governo Lula, a vulnerabilidade externa tem se reduzido, conjuntamente, em virtude de um ambiente internacional favorável que tem possibilitado a obtenção de elevados superávits na balança comercial. Na verdade, todos os indicadores de vulnerabilidade externa usualmente utilizados (serviço da dívida/exportação, dívida total/PIB, reservas/dívida total, dívida total/exportação e dívida total líquida/exportação), vêm melhorando desde a crise cambial e a desvalorização do real em 1999.

3- Essa dependência, por sua vez, tem como causa primária a fragilidade competitiva da economia brasileira. O que tornou extremamente vulnerável as contas externas do país, em razão de crescentes saldos negativos na balança comercial, que só recentemente –a partir de 200– começaram a ser revertidos, em razão das sucessivas desvalorizações do real e de uma conjuntura internacional muito favorável a partir de 2002.

4- Ao vulnerabilizar o balanço de pagamentos do país, a abertura comercial e financeira –reforçada pela sobrevalorização do real– exigiu a prática continuada de elevadas taxas de juros e uma política de privatizações que se pode denominar, no mínimo, de apressada e irresponsável. A alta das tarifas públicas, a crise de energia e as denúncias de irregularidades na operacionalização dessa política –com a sub-avaliação do patrimônio público e o favorecimento de grupos econômicos– falam por si só;

5- Assim, a economia brasileira, exposta de forma abrupta à concorrência internacional, estagnou e se tornou extremamente instável. As reduzidíssimas taxas de crescimento e a dramática deterioração do mercado de trabalho apareceram como um resultado *natural*, num ambiente interno marcado por elevadas taxas de juros e precárias condições da infra-estrutura do país, além da mais absoluta ausência de qualquer tipo de política industrial, agrícola, tecnológica e de comércio exterior por parte do Estado;

6- Fechando o círculo deletério, as elevadas taxas de juros e a enorme dependência externa, além de comprometerem o crescimento econômico²⁸, fragilizaram também as finanças públicas e inviabilizaram a ação e os investimentos do Estado em todas as áreas. Em particular, tornaram as políticas sociais estritamente assistencialistas e focalizadas e, por isso, claramente insuficientes –tendo em vista o estrago provocado pela estagnação econômica, em especial sobre a parcela mais pobre da população.

Essa dinâmica também se articula com uma nova dependência tecnológica –definida a partir das redes transnacionalizadas (Arceo e Basualdo, 2004), que também decidem, em grande medida e para além das decisões dos Estados Nacionais, a localização das atividades produtivas– e o agravamento da dependência financeira, que restringem a capacidade

28 As flutuações de curto prazo continuam no Governo Lula. Depois do PIB praticamente ficar estagnado em 2003, a economia cresceu 4,9% em 2004 e, agora (2005), desacelera-se de novo, estimando-se um crescimento de menos de 3%. Essas taxas de crescimento são menores que as taxas dos demais países *emergentes* para os mesmos anos.

de execução das políticas macroeconômicas (monetária e fiscal e cambial), tecnológica e industrial²⁹.

Em resumo, as sucessivas crises econômicas das décadas de 1990 e 2000, expressão aguda da extrema instabilidade do modelo, evidenciaram que o desempenho das exportações passou a ser decisivo para a remuneração do capital financeiro, dando, ao modelo neoliberal periférico, o mínimo de estabilidade e capacidade de enfrentar as crises cambiais (fugas de capitais) recorrentes com a menor desorganização possível da economia. Portanto, tendo em vista a existência de livre mobilidade de capitais –agravada com a transnacionalização de frações do capital nacional– e a consequência daí advinda, de sérias restrições à autonomia da política econômica dos países periféricos (tanto maiores quanto maior o tamanho da dívida pública), a obtenção de saldos positivos na conta de transações correntes, embora não elimine a instabilidade sistêmica do modelo, minimiza a sua extrema volatilidade –ao reduzir, no curto prazo, os indicadores de vulnerabilidade externa.

Sendo assim, o papel crucial das exportações para o funcionamento do modelo neoliberal periférico –cada vez mais evidente no período do Governo Lula– faz com que o crescimento econômico do país fique na dependência, cada vez maior, do comércio internacional –portanto, em grande medida, à revelia das decisões internas. Isto significa que:

- 1- Embora as exportações produzam efeitos multiplicadores para dentro –estimulando o crescimento da produção, da renda e do emprego e, nessa medida, renove a importância do mercado interno no processo de acumulação–, o impulso primário da acumulação e a dinâmica do crescimento passam a ser dados, principalmente, pelo comportamento da demanda internacional, recolocando-se, dessa forma, em novas bases (atualizando-se), um tipo de dependência que era próprio da fase primário-exportadora e que o Modelo de Substituição de Importações (MSI) havia superado. Desta maneira, a dinâmica do mercado interno fica condicionada à capacidade da economia exportar e obter superávits comerciais, de modo a reduzir a vulnerabilidade externa e, assim, abrir espaço para o seu crescimento sem ter ameaça imediata de nova crise cambial;

- 2- A retomada das exportações, como o elemento central da dinâmica econômica e do crescimento, embora reduza a vul-

29 Sobre a natureza da revolução molecular-digital e a anulação da fronteira entre ciência e tecnologia, ver Oliveira (2003), e sobre o controle da pesquisa e da tecnologia pelas redes corporativas ver Arceo e Basualdo (2004).

nerabilidade externa no curto prazo –através da diminuição, ou mesmo eliminação, do déficit em transações correntes do balanço de pagamentos–, amplia a possibilidade de estrangulamento externo no longo prazo, pois agrava, do ponto de vista estrutural, a dependência externa do país, cuja economia fica com seu desempenho estreitamente atrelado aos ciclos do comércio internacional –colocando, assim, em questão a viabilidade de um novo ciclo de crescimento econômico sustentado. O agravamento da vulnerabilidade no longo prazo se associa diretamente, também, à natureza das exportações brasileiras no que se refere à sua composição, isto é, ao fato dela ser constituída, principalmente, de produtos de baixo conteúdo tecnológico –intensivos em trabalho e recursos naturais, em especial *commodities* ou produtos associados à Segunda Revolução Tecnológica;

3- Finalmente, todas as características acima mencionadas –o papel estratégico assumido pelas exportações, reprimarização (agronegócio e indústrias intensivas em mão-de-obra) e indústrias articuladas em redes produtivas transnacionais– pressionam por uma maior exploração da força de trabalho, com a queda dos salários reais e redução dos direitos trabalhistas e sociais (reforma trabalhista para a flexibilização dos direitos constitucionais e reforma da CLT). Assim, a estrutura de distribuição da renda se mantém extremamente concentrada e desigual, reiterando, nesse aspecto negativo, o mesmo padrão do MSI (Arceo e Basualdo, 2004).

Do ponto de vista das contradições atualmente existentes no interior do bloco dominante, os principais atritos se referem à condução da política econômica (sobretudo, monetária e cambial) e ao papel mais ativo ou não do Estado no que tange ao exercício de uma política industrial e de desenvolvimento –que opõem, de um lado, o capital financeiro internacional e os grandes grupos econômico-financeiros nacionais e de outro, grandes grupos nacionais predominantemente atuantes na esfera produtiva e frações do capital centrados na exportação (que vislumbram um modelo exportador-desenvolvimentista, tipo o da Coreia).

Nesse contexto, o capital financeiro, sob pena de colocar em risco sua remuneração –por falta de divisas–, tem que fazer concessões à política de exportação, à burguesia industrial e agrária, mas sem afetar, no fundamental, seus interesses (Boito, 2004). Daí a implementação de uma política econômica que flutua entre, de um lado, a livre mobilidade de capital, taxas de juros elevadas, superávits fiscais primários elevados e crescente carga tributária e, de outro, a concessão de financiamentos

à produção para exportação, taxa de câmbio desvalorizada, redução ou eliminação de impostos e juros menores ou subsidiados³⁰.

Embora, atualmente, todas as frações do capital estejam de acordo com o ajuste fiscal, mas com redução da carga tributária e, portanto, dos gastos correntes do governo, a flexibilização dos direitos trabalhistas, as privatizações e as demais reformas liberais –como a previdenciária e a trabalhista–, a continuação ou não do processo de abertura comercial, na linha da constituição da ALCA ou de um acordo com a União Européia, reitera o conflito no interior das classes dominantes, que opõe, de um lado, os grupos exportadores competitivos (agronegócio, principalmente) e o capital financeiro estrito senso e, de outro, frações do capital voltadas, principalmente, para o mercado interno e que temem a ampliação da concorrência. Aqui se coloca, mais uma vez, a disputa sobre a amplitude e o ritmo da abertura, bem como em relação à necessidade, ou não, de uma política industrial e tecnológica ativa por parte do governo.

O PROJETO NEOLIBERAL E AS CLASSES TRABALHADORAS E SUAS REPRESENTAÇÕES

A reestruturação produtiva e as políticas neoliberais mudaram o perfil e a composição das classes trabalhadoras no Brasil. Houve uma redução do peso relativo dos assalariados e dos trabalhadores industriais, tendo como contrapartida o crescimento da informalidade, com uma maior fragmentação da classe trabalhadora (Oliveira, 2003). Em resumo, uma maior fragilidade e heterogeneidade da classe trabalhadora e, portanto, uma menor identidade entre os seus diversos segmentos, com redução de sua capacidade de negociação. Isto tudo se deu em razão da desestruturação do mercado de trabalho, acompanhada por um processo de desregulamentação das relações trabalhistas (Krein, 2003), que levou ao crescimento do desemprego e ao aprofundamento da precarização do trabalho e das formas de contratação (cooperativas, terceirização, etc).

Adicionalmente, assistiu-se também ao empobrecimento e enfraquecimento de segmentos da *classe média* assalariada associada ao antigo MSI –em razão do desemprego e da queda do rendimento–, em

30 No Governo Lula, a taxa de câmbio voltou a se valorizar, a partir de 2005 – em virtude de um novo ciclo de elevação das taxas de juros, iniciado em setembro de 2004, e dos elevados superávits na balança comercial - o que tem provocado protestos dos exportadores, em especial o agronegócio e os ruralistas. Em contrapartida, foi editada, recentemente, uma medida provisória na qual, entre outras coisas, se desonera ou elimina a cobrança de Imposto sobre Produtos Industrializados na compra de máquinas e equipamentos destinada à ampliação de capacidade produtiva. Também isenta das contribuições sociais, PIS e COFINS, a aquisição de equipamentos por empresas que exportaram pelo menos 80% de sua produção nos últimos três anos. A mesma regra vale para exportadores de programas de computador e serviços de tecnologia da informação.

particular trabalhadores com maiores rendimentos, atingidos pelo processo de reestruturação das empresas e os assalariados de carreira do setor público, atingidos pelas reformas administrativa e previdenciária, além do arrocho salarial decorrente da política de obtenção de elevados superávits fiscais primários.

Todas essas transformações atingiram também, em cheio, as organizações representativas dos trabalhadores, em especial os sindicatos e o Partido dos Trabalhadores. O ponto de inflexão foi a vitória de Collor nas eleições de 1989 –mesmo ano da derrocada do socialismo real–, que empurrou os movimentos sociais e trabalhistas, a partir de então, para a defensiva e foi responsável por um lento, mas permanente, movimento de transformação política-ideológica da maior parte de suas direções, no sentido de restringir a sua atuação política aos limites dos espaços que a nova ordem lhes reservava.

Com isso, gradativamente, o movimento sindical combativo –cuja expressão maior era a Central Única dos Trabalhadores (CUT)– encolheu-se e passou a adotar uma estratégia defensiva –economicista e fragmentada corporativamente– de adaptação à nova ordem. Estratégia esta denominada, eufemisticamente, de propositiva ou de resultados. Concomitantemente, o PT, com o aprofundamento de sua institucionalização –com vitórias eleitorais em municípios e estados importantes–, iniciou a escalada progressiva que o transformou num partido da ordem. Para isso, teve que passar por transformações internas fundamentais, com uma enorme centralização das decisões e o enquadramento das suas tendências mais à esquerda pela tendência majoritária (Articulação), reduzindo o espaço de debates, formulações e questionamentos, cuja expressão maior foi a destruição dos núcleos de base que formavam o partido.

Agora, pode-se ver, claramente, que, de eleição em eleição (1989, 1994, 1998 e 2002), o partido foi se transformando politicamente, se configurando como um enorme aparelho burocrático –instrumento eficiente de ascensão econômico-social, através da geração de emprego, prestígio e proximidade com o poder econômico. Isto se refletiu diretamente no financiamento das campanhas eleitorais, nos programas de Governo apresentados, nos discursos falados, nas alianças político-eleitorais efetivadas e, mesmo, nas formas de recrutamento e de fazer as campanhas –com a substituição, gradativa, de militantes por cabos eleitorais remunerados. Enfim, as sucessivas vitórias eleitorais para prefeituras de municípios e governos de estados, num momento de fragmentação e enfraquecimento político das classes trabalhadoras, o transformou, aos poucos, em mais um partido da nova ordem neoliberal. A vitória para a Presidência da República apenas explicitou, de forma bastante clara e, para muitos, dolorosa, a conclusão desse processo.

Apesar de tudo, o projeto neoliberal não conseguiu tornar-se hegemônico, com a constituição de um amplo consenso na sociedade,

através da incorporação orgânica de importantes setores das classes trabalhadoras. No entanto, conseguiu impactar ideologicamente vários de seus segmentos, obtendo um apoio difuso –ou pelo menos uma não oposição ativa– para as reformas neoliberais que, juntamente com o conjunto do modelo neoliberal, não são vistas como regressivas socialmente pelo conjunto da população (Boito, 2004).

O projeto neoliberal, através do que se poderia chamar de um novo populismo regressivo, tem conseguido um apoio inorgânico e difuso em segmentos pauperizados e desorganizados das classes trabalhadoras –tendo por base a revolta desses setores contra o caráter historicamente excludente dos direitos sociais, os péssimos serviços públicos, o clientelismo, o nepotismo e o fisiologismo. Essa revolta foi direcionada pela ideologia burguesa contra o Estado e os servidores públicos –estes últimos identificados como um segmento social privilegiado. Nessa estratégia, o Governo Lula tem mais capacidade, do que o seu antecessor, de aprofundar esse populismo regressivo, indispondo os trabalhadores muito pobres contra os direitos sociais dos trabalhadores formalizados, em razão de suas origens populares e também em função da redução, ou mesmo extinção, da antiga resistência parlamentar feita pelos partidos de esquerda (Boito, 2004).

Além disso, têm-se também as políticas sociais compensatórias dirigidas a esses segmentos que, na realidade, se constituem na contra-face do superávit fiscal primário que é destinado ao pagamento dos juros do capital financeiro. A lógica neoliberal é a de reduzir os recursos para as políticas sociais universais, transferindo-os para o pagamento dos juros da dívida pública. As políticas sociais focalizadas aparecem nesse contexto como instrumento político desse objetivo. Em síntese, as políticas sociais devem ser restritas, dirigidas seletivamente apenas para *os mais pobres entre os pobres*.

Na verdade, através da implementação de programas de transferência de renda assistencialistas, as políticas sociais compensatórias –cimento de um novo tipo de populismo– estão construindo uma nova base de apoio ao Governo Lula, tendo em vista a tendência do descolamento desse governo de suas bases sociais tradicionais: os segmentos de trabalhadores mais organizados e politizados, bem como a dificuldade em controlar politicamente esses trabalhadores. Essa nova base está assentada no segmento da população de mais baixa renda do país –*os mais pobres entre os pobres*– definida, pelos programas governamentais, como as famílias com renda *per capita* mensal inferior a R\$ 100,00. Do ponto de vista financeiro, o montante global de recursos direcionados a esses programas é relativamente pequeno³¹, mas a sua amplitude já

31 O conjunto dos programas sociais do Governo Lula, unificados no chamado Bolsa-Família, teve um orçamento, em 2003 e 2004, em torno de R\$ 6 bilhões. A título de comparação, os juros da dívida pública e o superávit fiscal atingiram, em 2003, respectivamente, R\$ 150 bilhões (10% do PIB) e R\$ 67 bilhões; e, em 2004, R\$ 128 bilhões (7%) e R\$ 81 bilhões.

atinge um grande contingente de pessoas (concentradas principalmente no Nordeste e em pequenas cidades): 4,2 milhões de famílias, em torno de 16,5 milhões de brasileiros –melhorando, de fato, o consumo alimentar dessas pessoas (Marques e Mendes, 2004).

Nesse quadro, de dominância da ideologia neoliberal, mas incapacidade hegemônica do projeto a ela associado, assiste-se a uma crise das instituições políticas e de representação política (dos sindicatos e partidos), que é decorrente do processo objetivo de redefinição da composição da classe trabalhadora, mas também de cooptação político-institucional de parcela majoritária das direções sindicais e partidárias - acentuada com a chegada ao governo do PT, e da aliança por ele constituída, que vem servindo de anteparo para o Governo na sua relação com os movimentos sociais e o movimento.

Essa crise de representação é fortemente alimentada pelo Governo Lula, ao realizar o amálgama entre governo, partido e sindicato, na mais pura tradição stalinista (*fora de lugar*), de aparelhamento do Estado e transformação das organizações de massa em *correias de transmissão* do governo. O comportamento subserviente da CUT, a partir do Governo Lula, e a indicação recente do seu Presidente para ocupar o cargo de Ministro do Trabalho, são exemplos paradigmáticos desse fenômeno.

Os partidos, em particular o PT, se *estatizam*, acentuando um processo de profissionalização que já vinha ocorrendo muito antes da eleição de Lula –no sentido de seus quadros *viverem* da política, com a cooptação político-ideológica através da ocupação de cargos e funções no aparelho de Estado e no próprio partido. O militante ideológico tradicional perde espaço no partido e reproduzem-se e renovam-se os traços fundamentais característicos da relação dos setores dominantes com o Estado, qual seja, o patrimonialismo, o clientelismo e o empreguismo –com o crescimento da importância de um segmento social específico, que já vinha se constituindo e consolidando durante a década de 1990, cuja característica maior de seus integrantes é o fato de serem gestores ou administradores de fundos públicos e de fundos de pensão de empresas estatais, ao mesmo tempo em que tem forte influência na CUT e no PT, confundindo-se com a burocracia e o corpo de funcionários dessas organizações (Oliveira, 2005).

A reforma sindical proposta pelo Governo Lula fortalece, com a centralização do poder nas centrais sindicais, a burocracia sindical e facilita a cooptação dos dirigentes sindicais e os acordos de cúpula, bem como o controle do movimento sindical, através do enfraquecimento dos sindicatos de base, além disso, dificulta a greve como instrumento de luta (Druck, 2004).

Apesar desse quadro adverso, observa-se uma reação de alguns segmentos populares –que se recusam à cooptação material e ideológica–, que mobilizam-se politicamente e questionam, em maior ou menor

grau, o Governo Lula, identificando-o como continuador das políticas neoliberais. Com especial destaque para o MST, atingido diretamente pela política de ajuste fiscal (superávits primários); os movimentos pela moradia nas grandes cidades, setores da Igreja Católica (Pastoral da Terra) ligados à Teoria da Libertação, que questionam a política social executada; servidores públicos, ameaçados em suas condições de vida com o arrocho salarial e a reforma da previdência; segmentos ainda minoritários do sindicalismo, parte importante e crescente da intelectualidade e tendências políticas de esquerda minoritárias, de dentro e de fora do PT.

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, Perry 1995 “Balanço do neoliberalismo” em Sader, Emir e Gentile, Pablo (org.) *Pós-neoliberalismo - As políticas sociais e o Estado Democrático* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Antunes, Ricardo 1995 *Adeus ao trabalho? - Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (São Paulo: Cortez).
- Arceo, Enrique e Basualdo, Eduardo 2004 “Projeto de Estudo: Apresentação e desenvolvimento da problemática proposta”. Grupo de Estudos do CLACSO: Setores Dominantes, Buenos Aires, mimeo.
- Bianchi, Alvaro 2004 “O ministério dos industriais: a federação das indústrias do estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990”. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas, IFCH-Unicamp.
- Boito, Armando 2004 “Relações de classe na nova fase do neoliberalismo brasileiro” em *Congrès Marx International IV* (Francia).
- Borges, Angela e Druck, Maria da Graça 1993 “Crise global, terceirização e exclusão no mundo do trabalho” em *Caderno CRH* (Salvador) Nº 19.
- Carneiro, Ricardo 2002 *Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira no último quarto do século XX* (São Paulo: UNESP/IE-Unicamp).
- Carvalho, Carlos Eduardo 2004 *Revista Reportagem* (Oficina de Informações) Nº 6.
- Coutinho, Luciano 1993 “Terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança” em *Revista Economia e Sociedade* (Campinas: IE-UNICAMP) Nº 1.
- Dedecca, Claudio 2005 “Notas sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil” em *Revista de Economia Política* (São Paulo) Vol. 25, Nº 1 (97).

- Druck, Maria da Graça 1994 “Qualidade total e terceirização: o ‘taylorismo’ dos anos 90 e suas implicações no mundo do trabalho” em *Revista Bahia Análise & Dados* (Salvador) Vol. 4, N° 2/3.
- Druck, Maria da Graça 1999 *Terceirização: (des)fordizando a fábrica - um estudo do Complexo Petroquímico* (São Paulo: Boitempo).
- Druck, Maria da Graça 2004 “As reformas sindical e trabalhista no contexto da flexibilização do trabalho” em *Boletim da APUB* (Salvador) Texto N° 35.
- Exame 2002 *As 500 maiores empresas do Brasil* (São Paulo: Abril).
- Filgueiras, Luiz 1997 “Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século” em *Cadernos do CEAS* (Salvador) N° 171.
- Filgueiras, Luiz 2000 *A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições* (São Paulo: Boitempo).
- Filgueiras, Luiz 2001 “Da substituição de importações ao Consenso de Washington” em *Reflexões de economistas baianos - Conselho Regional de Economia* (Salvador).
- Filgueiras, Luiz 2002 “Uma outra economia é possível” em *A Tarde* (Salvador) 17 outubro.
- Filgueiras, Luiz 2003 (2000) *A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições* (São Paulo: Boitempo).
- Filgueiras, Luiz e Lobo, Breno 2003 “Política e economia na reforma da previdência” em *Bahia Análise & Dados* (Salvador) Vol. 13, N° 3.
- Filgueiras, Luiz e Lobo, Breno 2005 “Fundos de pensão e financiamento da economia brasileira” em *Congresso da Sociedade de Economia Política* (Campinas).
- Fiori, José Luiz 1994 “As palavras e as coisas” em *Folha de São Paulo* (São Paulo) Caderno 6, 14 agosto.
- Folha de São Paulo (FSP)* 2005, 16 abril e 05 julho.
- Gonçalves, Reinaldo 1991a “Grupos econômicos: uma análise conceitual e teórica” em *Revista Brasileira de Economia* (São Paulo) Vol. 45, N° 4.
- Gonçalves, Reinaldo 1991b “Grupos privados nacionais e o futuro do capitalismo no Brasil: uma visão alternativa” em David, M. D. (org.) *Economia Política da Crise Brasileira* (Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora).
- Gonçalves, Reinaldo 1999 “Capital financeiro e poder econômico” em *Revista Teoria e Debate* (São Paulo) N° 41.
- Gonçalves, Reinaldo 2000 *O Brasil e o comércio internacional: transformações e perspectivas* (São Paulo: Contexto).

- Gray, John 1999 *Falso amanhecer – os equívocos do capitalismo global* (Rio de Janeiro: Record).
- Guerra, Oswaldo 1999 “Bancos e Indústria no Brasil” em *Ensaio Econômicos - Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA* (Salvador) Vol. 1.
- Harvey, David 1992 *A condição pós-moderna* (São Paulo: Loyola).
- Hilferding, Rudolf 1985 (1910) *O capital financeiro* (São Paulo: Nova Cultural).
- Hirata, Helena 1994 “Novos modelos de produção, qualidade e produtividade” em *Os trabalhadores e o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade - DIEESE* (São Paulo) N° 1.
- Hobson, John Atkinson 1983 (1902) *A Evolução do Capitalismo Moderno* (São Paulo: Nova Cultural).
- Krein, Jose Dari 2003 “Balanço da Reforma Trabalhista no Governo FHC” em Proni, Marcelo Weishaupt e Henrique, Vilmês (orgs.) *Trabalho, Mercado e Sociedade* (São Paulo: UNESP/Instituto de Economia-UNICAMP).
- Marques, Rosa Maria e Mendes, Aquilas 2004 “O social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal” em *Revista de Economia Política* (São Paulo) Vol. 26, N° 1 (106).
- MDIC (Ministério do Desenvolvimento Industrial e Comércio Exterior) 2004 “Impactos das Zonas de Livre Comércio” em <<http://www.desenvolvimento.gov.br/sitio/sdp/estudos/estudos.php>>.
- Oliveira, Francisco 2003 *O ornitorrinco* (São Paulo: Boitempo).
- Oliveira, Francisco 2005 “Entrevista” em *Brasil de Fato* (São Paulo) N° 123.
- Pochmann, Marcio 1996 “O problema recente do emprego no capitalismo contemporâneo” em *ANPEC - Anais do XXIV Encontro Nacional de Economia*.
- Pochmann, Marcio et al. 2004 “Os ricos no Brasil” em *Atlas da Exclusão Social* (São Paulo: Cortez) Vol. 3.